



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO

(Do Sr. ANDRÉ FIGUEIREDO – PDT/CE)

*Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para debater ações que visem aumentar os rendimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS e acabar com as perdas e fraudes*

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública, em data a ser oportunamente agendada, para debater ações que visem aumentar os rendimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS e acabar com suas perdas e fraudes:

Convidados:

- 1 – Ministro do Trabalho
- 2 – Presidente da Caixa Econômica Federal
- 3 – Presidente do Banco Central do Brasil
- 4 – Presidente de uma Central Sindical, representando os trabalhadores
- 5 – Presidente de uma Confederação Patronal, representando os empregadores
- 6 – Presidente do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador

### JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS foi criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 e vigente a partir de 01 de janeiro de 1967, para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. Sendo um dos principais direitos trabalhistas, o Fundo completou 50 anos em meio a muitos boatos e ameaças.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estamos vivendo em uma época onde o novo governo federal está estudando uma série de mudanças em questões trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Uma delas é em relação ao FGTS, apesar de não ter sido feito ainda nenhum anúncio formal.

A Secretaria do Tesouro Nacional abriu, em 25 de agosto, um processo de licitação para selecionar estudo sobre “Diagnóstico e propostas de reforma para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”, com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Segundo documento sobre o Termo de Referência dessa licitação, o funcionamento de uma rede de proteção ao trabalhador e a viabilidade do sistema previdenciário dependem de mecanismos de construção de poupança de longo prazo no Brasil. “A configuração atual do FGTS requer reavaliação”, instrui o texto.

Além da histórica perda do trabalhador no que se refere aos baixíssimos índices de remuneração do Fundo, bem inferiores ao da poupança, inicia-se um período de grande perigo para o próprio Fundo, cujo alto saldo é visado para diversos fins.

Considerando a complexidade e a urgência da questão, espera-se que a audiência pública que ora se requer ofereça subsídios para ações que protejam este grande patrimônio do trabalhador.

Sala da Comissão, em de novembro de 2016

ASSINATURA

(Dep. André Figueiredo/ PDT-CE)